

## Assembleias Setoriais

# Mobilização Nacional Pela Revisão Salarial

**JF – Quarta – 07/10- às 15h30min (Rua 19, nº 244)**  
**TRT – Quinta – 08/10 – às 14h (em frente à Cantina)**  
**TRE – Quinta – 08/10 – 15h30min (Praça Cívica, nº 300)**

A primeira semana do mês de outubro promete ser de intensa mobilização em Goiás. O Sinjufego elaborou um calendário de assembleias para deliberar sobre a paralisação da categoria. Na quarta-feira (07/10), às 15h30min, será realizada assembleia na Justiça Federal (Rua 19, nº 244, Centro, Goiânia – GO) e, na quinta-feira (08/10), às 14h, no TRT-GO (em frente à cantina do Tribunal) e, às 15h30min, no TRE-GO (Praça Cívica, 300, Centro, Goiânia – GO).

A nossa mobilização e união são fundamentais nesse momento. Por isso, ao invés de realizarmos uma assembleia unificada das Justiças Eleitoral, Trabalhista e Federal, promoveremos assembleias setoriais em cada órgão do Poder Judiciário Federal em Goiás para

propiciar a participação dos colegas servidores. Algumas unidades da Federação, como São Paulo e Distrito Federal, já aprovaram indicativo de greve se a proposta de Revisão Salarial não for enviada ao Congresso até o dia 7 de outubro. Sempre tivemos forte presença nas lutas que aprovaram os nossos Planos de Carreira e manteremos nossa postura combativa.

O calendário de assembleias foi elaborado em virtude de o STF ter agendado reunião para 9 horas, do dia 7 de outubro, com o objetivo de decidir sobre o envio da proposta de revisão salarial ao Legislativo.

Nas assembleias da JF e do TRE será servido um lanche aos presentes. Participe!

## Coordenadores da Fenajufe apresentam reivindicações aos tribunais

Com o objetivo de intensificar os trabalhos em defesa da revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal, a Fenajufe esteve em vários Tribunais Superiores e Conselhos de Justiça para levar aos seus representantes as reivindicações da categoria. Os coordenadores Cláudio Klein, Antônio dos Anjos Melquíades (Melqui), Lúcia Bernardes e Paulo Falcão conversaram com a secretária geral do CJF (Conselho de Justiça Federal), Eva Maria Ferreira Barros; com o diretor geral do STF, Alcides Diniz; com o secretário executivo do CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho) Adlei Cristian Carvalho Pereira; e com os presidentes do STM, ministro Carlos Alberto Marques Soares; do TSE, ministro Carlos Ayres Brito; e do TST, ministro Milton de Moura França.

Nos encontros, os dirigentes sindicais explicaram as deliberações da última reunião ampliada da Fenajufe e das assembleias realizadas pelos sindicatos nos Estados, em relação à proposta de revisão salarial, encaminhada pelo ministro Gilmar Mendes aos presidentes dos outros Tribunais Superiores. Eles também reivindicaram que o projeto de lei seja encaminhado logo ao Congresso Nacional, mas com as devidas alterações sugeridas pela categoria.

As reivindicações apresentadas pelos coordenadores da Fenajufe nas reuniões foram: remuneração da carreira efetiva, com reajustes do vencimento base e não por meio de gratificações; incorporação, na remuneração, do salário referente ao “prêmio por produtividade”; garantia da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, mantendo a atual

redação do artigo 28 da Lei 11.416/06 (atual PCS); e isonomia para os agentes de segurança e exclusão do parágrafo único do artigo 13. Os coordenadores da Fenajufe também falaram da expectativa da categoria de ter uma resposta das administrações do Judiciário no dia 7 de outubro, quando os presidentes dos tribunais superiores se reunirão para debater o assunto.

O coordenador Melqui ressaltou, durante a reunião com o ministro Milton de Moura França na sexta-feira (02), que a categoria quer o reajuste salarial, mas desde que a proposta em discussão seja melhorada conforme as reivindicações aprovadas na última reunião ampliada. “Queremos que o reajuste seja sobre o vencimento base. Também não podemos aceitar que os agentes de segurança sejam excluídos do direito de receberem a GPT e queremos que essa gratificação seja incorporada à remuneração para que todos, inclusive os aposentados, possam recebê-la”, explicou Melqui.

O coordenador da Fenajufe também criticou o conteúdo do artigo 6º, que institui o prêmio de produtividade no valor máximo de uma remuneração, de acordo com os resultados alcançados no cumprimento de metas institucionais. “Temos uma grande preocupação com qualquer proposta que atrele reajuste com a conquista de metas. Isso acarretará em sérios problemas para a categoria, como o aumento do assédio moral e a quebra da paridade. Isso já vem ocorrendo em algumas categorias do Executivo e não podemos aceitar que o Judiciário também implemente esse tipo de política”, afirmou.

Fonte: Agência Fenajufe de Notícias